



# *Câmara Municipal de Olinda*

## *Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade*

**LEI Nº 6198 /2021**

**Dispõe sobre a estrutura da Administração Direta do Município de Olinda, altera a Lei Municipal nº 6.048/2018, para criar a Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA decreta,**

**E eu sanciono a presente lei**

**Em, 21 de dezembro de 2021.**

**LUPÉRCIO CARLOS DO NASCIMENTO**

**Prefeito**

**Art. 1º.** A presente lei versa sobre a estrutura da Administração Direta do Município de Olinda, e altera a Lei Municipal nº 6.048/2018, de 24 de maio de 2018, que “dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Olinda”.

**Art. 2º.** O caput do art. 3º, da Lei Municipal nº 6.048/2018, passa a vigorar com a seguinte alteração do inc. IV e acréscimo do inc. XV, mantidas as demais disposições do referido artigo, não alteradas por esta lei:

**“Art. 3º. (...)**

**(...)**

**IV - Secretaria de Educação;**

**(...)**

**XV – Secretaria de Esportes e Juventude”.**

**Art. 3º.** O caput do art. 4º, da Lei Municipal nº 6.048/2018, passa a vigorar com as seguintes alterações do inc. IV e acréscimos do inc. XV, mantidas as demais disposições do referido artigo, não alteradas por esta lei:



# *Câmara Municipal de Olinda*

## *Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade*

**“Art. 4º. (...)**

**(...)**

IV - Secretaria de Educação, integrada pela Secretaria Executiva de Programas e Políticas Educacionais e Secretaria Executiva de Gestão da Educação;

**(...)**

XV - Secretaria de Esportes e Juventude, integrada pela Secretaria Executiva de Esportes, Lazer e Juventude.”

**Art. 4º.** O caput e os incisos X, XIV e XV, do art. 7º, da Lei Municipal nº 6.048/2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 7º. Compete à Secretaria de Educação:**

**(...)**

X – desenvolver programas e atividades relativos à prática de esportes e atividades de lazer, para os alunos da Rede Municipal de Ensino, sempre que possível em interação com a Secretaria de Esportes e Juventude;

**(...)**

XIV - gerir os recursos humanos, financeiros e administrativos relacionados às políticas de educação no Município;

XV - exercer as demais competências relacionadas às questões pertinentes à Educação, no âmbito municipal;

**(...)”**

**Parágrafo Único.** Ficam revogados os incisos VI a IX e XI, do art. 7º, da Lei Municipal nº 6.048/2018.

**Art. 5º.** Fica acrescido o art. 7º-A, à Lei Municipal nº 6.048/2018, com a seguinte redação:

**“Art. 7º-A. Compete à Secretaria de Esportes e Juventude:**

I - planejar, coordenar e executar a política municipal de esportes, lazer e juventude;

II - desenvolver projetos e programas de políticas públicas voltadas para a juventude;

III - promover estudos e pesquisas sobre a vida e a realidade da juventude do Município, com vistas à implementação das políticas mais adequadas;

IV - promover políticas públicas integradas de democratização que garantam o acesso ao esporte e ao lazer;

V - apoiar eventos e atividades de natureza esportiva e de lazer comunitário;



# *Câmara Municipal de Olinda*

## *Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade*

X - promover programas relativos à prática de esportes e atividades de lazer pela população;

VI - estimular as políticas públicas que oportunizem a prática esportiva e o lazer como direito individual e coletivo, promovendo o indivíduo socialmente como ser independente e participativo;

VII - articular junto à Secretaria Municipal de Educação, o desenvolvimento de ações de esporte e lazer para os alunos da Rede Municipal de Ensino;

VIII - administrar programas e convênios firmados com o Poder Público Estadual e Federal, nas áreas de sua competência;

IX - gerir os recursos humanos, financeiros e administrativos relacionados às políticas de esporte, lazer e juventude no Município;

X - exercer as demais competências relacionadas às questões pertinentes ao esporte, juventude e lazer, no âmbito municipal;

XI - executar outras atribuições pertinentes ou determinadas pelo Prefeito.

**Parágrafo único.** Compete à Secretaria Executiva de Esportes, Lazer e Juventude, observado o disposto no § 2º, do art. 4º, desta lei:

I - planejar e coordenar a política municipal de esportes, lazer e juventude;

II - elaborar planos, programas, projetos e demais iniciativas em desenvolvimento esportivo e de lazer que contemplem comunidades e segmentos sociais específicos;

III - apoiar eventos, certames e atividades de natureza esportiva e de lazer comunitário;

IV - promover programas relativos à prática de esportes e atividades de lazer pela população, em geral;

V - estimular políticas públicas que oportunizem a prática esportiva, como um direito do cidadão, garantida como direito individual e coletivo, promovendo o indivíduo socialmente como ser independente e participativo;

VI - elaborar e propor projetos e programas de políticas públicas voltadas para a juventude, bem como coordenar as ações de implementação dessas políticas no âmbito do Município;

VII - auxiliar o Secretário Municipal na execução do Plano de Ação da Secretaria, nas áreas de sua competência executiva;

VIII - exercer outras atribuições e competências correlatas, determinadas pelo Prefeito ou pelo Secretário Municipal."

**Art. 6º.** Para o cumprimento do disposto nesta lei, fica criado o cargo de Secretário Municipal de Esportes e Juventude, símbolo CCS (subsídio de R\$ 12.000,00 mensais brutos).



# ***Câmara Municipal de Olinda***

## ***Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade***

**Art. 7º.** O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a efetivar, por meio de Decreto, as adequações necessárias na organização e no funcionamento da administração municipal, decorrentes da presente lei, observada a Lei Orçamentária Anual aprovada para o exercício de 2022 (LOA 2022).

**Art. 8º.** Para fazer face às alterações administrativas previstas nesta lei, fica o Poder Executivo expressamente autorizado a proceder com a redistribuição de dotações orçamentárias e com a adaptação do Orçamento Anual aprovado para o exercício de 2022, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme o caso.

**Parágrafo único.** A alteração de que trata este artigo não será computada nos percentuais previamente autorizados para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, no Orçamento Anual aprovado para o exercício de 2022.

**Art. 9º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2022, revogados as disposições em contrário.

**Casa Bernardo Vieira de Melo, Olinda-PE, 14 de dezembro de 2021.**

  
**SAULO HOLANDA RABELO DE OLIVEIRA**  
Presidente

**VLADEMIR LABANCA BARATA DE MORAES**  
1º Vice-Presidente

  
**JOSIAS CORREIA GUERRA**  
2º Vice-Presidente

  
**RICARDO JOSÉ DE SOUSA LIMA**  
1º Secretário

**DENISE ALMEIDA DO NASCIMENTO**  
2ª Secretária